

Registo de acidentes que envolvam as embarcações de apoio ou decorrentes das operações inerentes à atividade que possam implicar alterações no meio aquático.

2 — Monitorização dos parâmetros ambientais identificados na seguinte tabela:

#### Monitorização: parâmetros, procedimento analítico e frequência/observações

		Parâmetro	Procedimento analítico	Frequência / Observações
Coluna de água	Básico	Salinidade	Leitura direta	Trimestral*
		pH	Leitura direta	Trimestral*
		Temperatura	Leitura direta	Trimestral*
	Estimativa da carga orgânica	Nutrientes: amónia, nitratos nitrato e fósforo		Trimestral*
	Estimativa da produtividade	Clorofila	Filtração e espectrometria	Trimestral*
		Turbidez	Leitura direta	Trimestral*
Oxigenação		Método de Winkler	Trimestral*	
Sedimentos Superficiais	Propriedades físico-químicas	Granulometria	Peneiração e equipamento para finos	Anual
		Teor em matéria orgânica		Anual
		Determinação da concentração de carbono, azoto totais e orgânicos, potencial redox	Análise de carbono e azoto totais e orgânicos	Anual
	Parâmetros biológicos	Oxigénio		Anual
		Composição, abundância e biomassa da macrofauna bentónica	Microscopia ótica e cálculos	Anual

\* Durante os primeiros 2 anos, podendo a frequência de amostragem vir a ser diminuída dependendo dos resultados.

207693692

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Polícia de Segurança Pública

#### Direção Nacional

#### Despacho (extrato) n.º 4224/2014

Por despacho do Diretor Nacional-Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos, datado de 19 de fevereiro de 2014, foi concedida a exoneração, a seu pedido, ao Agente M/155828 — João Filipe de Sousa Baptista, do CM Lisboa, tornando-se efetiva a cessação do vínculo à Administração Pública, com efeitos a 24 de fevereiro de 2014.

12 de março de 2014. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

207693449

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direção-Geral da Administração da Justiça

#### Despacho (extrato) n.º 4225/2014

Por meu despacho de 21 de janeiro de 2014:

Dinis Bernardes Silva da Costa Domingos, Escrivão Auxiliar da secretaria das 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Varas Cíveis de Lisboa — exonerado a seu pedido, com efeitos a 19 de março de 2014.

10 de março de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207690216

#### Despacho n.º 4226/2014

Considerando que, com a vacatura do cargo de direção intermédia de 1.º grau de diretor de serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, se torna necessário proceder à designação em regime de substituição de um diretor de serviços, de modo a assegurar o regular funcionamento desta unidade orgânica;

Considerando que o licenciado em Direito Lourenço António Lopes Torres detém o perfil indicado para o exercício do cargo de diretor de serviços, por possuir os requisitos legais exigidos e revelar a aptidão pessoal e técnica para o exercício de funções dirigentes e competência na área funcional da direção de serviços a prover:

Nestes termos, designo o licenciado Lourenço António Lopes Torres, técnico superior da Direção-Geral da Administração da Justiça, em

regime de substituição, para o exercício do cargo de diretor de serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2014.

Em anexo publica-se a nota curricular do designado.

12 de março de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

## ANEXO

### Nota curricular

Nome — Lourenço António Lopes Torres.

Data de nascimento — 21 de setembro de 1960.

Categoria — técnico superior.

Habilitações literárias: licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Desde 30 de novembro de 2012 — chefe de divisão de Apoio Jurídico, da Direção-Geral da Administração da Justiça;

De 25 de outubro de 2004 a 29 de novembro de 2012 — chefe de divisão de Administração dos Funcionários de Justiça, da Direção-Geral da Administração da Justiça;

De 3 de novembro de 2003 a 24 de outubro de 2004 — chefe de divisão de Administração dos Oficiais de Justiça, da Direção-Geral da Administração da Justiça, em regime de substituição;

De 22 de maio a 2 de novembro de 2003 — chefe de divisão de Recrutamento, Gestão e Administração dos Funcionários de Justiça, da Direção-Geral da Administração da Justiça, em regime de substituição;

De 28 de fevereiro de 2000 a 21 de maio de 2003 — coordenador do setor dos funcionários das carreiras do regime geral dos tribunais, da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Desde 24 de março de 1986 — data de ingresso na Administração Pública e na Direção-Geral dos Serviços Judiciários — exerceu funções nas áreas de organização judiciária e de recursos humanos.

Formação profissional mais relevante:

Frequentou e participou em vários seminários, cursos e ações de formação, realçando-se: o FORGEP, Programa de Formação em Gestão Pública, o Seminário de Alta Direção e o curso de Direção e Liderança, todos ministrados pelo INA; o IV Curso Pós-Graduado de Atualização sobre Contencioso Administrativo, ministrado no ICJP da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; a Ação de Formação sobre Contencioso Administrativo, ministrada pelo Instituto dos Registos e do Notariado; a Discussão Pública sobre a Reforma do Contencioso Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; a Ação de Formação sobre Impugnação Judicial das Decisões Arbitrais, ministrada no Centro de Estudos Judiciários; o curso sobre o Direito Disciplinar na Administração Pública, ministrado no INA; a Sessão sobre a Reforma da Administração Pública, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; o Seminário sobre os Novos Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações, ministrado no INA; a Ação de Formação sobre o Concurso na Administração Pública e a Ação de Formação sobre o Regime Jurídico dos Acidentes em Serviço e das Doenças Profissionais, ministrados na Direção-Geral da Administração da Justiça; o curso sobre o Acesso aos Documentos Administrativos, ministrado pela Nova Etapa; o curso de Formação Pedagógica de Formadores, ministrado pelo Centro Nacional de Formação de Formadores, do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

207689764

### Direção-Geral da Política de Justiça

#### Despacho (extrato) n.º 4227/2014

Por meu despacho, de 25 de fevereiro de 2014:

Licenciado António Joaquim Leal Canhoto Folgado — renovada a comissão de serviço, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, no cargo de Chefe de Divisão da Unidade para a Justiça Penal do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, por um período de três anos, com efeitos a 26 de abril de 2014. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

10 de março de 2014. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.  
207690224